

Modos de fazer socioeconomia

Contribuições à educação popular



Modos de fazer socioeconomia

Contribuições à educação popular



Ficha Técnica:

PACS - Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sítio do PACS: www.pacs.org.br

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 9 - Modos de fazer socioeconomia -
Contribuições à educação popular

Equipe Técnica:

Alain Simon; Eliane de Paula Macedo; Jussara
Mendonça de Oliveira; Kátia Faria Aguiar; Marcos
Penna Sattamini Arruda; Maria Eduarda Quiroga;
Renata Lins; Robson Patrocínio de Souza; Ruth
Espínola Soriano de Mello; Sandra Maria Quintela
Lopes; Terezinha de Jesus Pimenta. Participação de
Alexandra Esteban Hernandez e Robson Aguiar.

Coordenação de comunicação:

Lycia Ribeiro

Projeto gráfico e capa:

Gabi Caspary

Ilustração:

Biba Rigo

Fotos:

arquivo PACS

Apoio:

Ação Quaresmal
Christian Aid
Desenvolvimento e Paz
DKA
E-Changer
Instituto Marista
Pão para o Mundo
SCIAF
Trócaire

PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Modos de fazer socioeconomia - Contribuições à
educação popular. Rio de Janeiro, PACS, 2005.
p. 44 (Semeando Socioeconomia, 9)

ISBN 85-89366-18-9

1. Trabalho popular. 2. Metodologia. 3. Economia
Solidária. 4. Mulheres. 5. Alca. 6. Mobilização popu-
lar. 7. Cooperativismo. I PACS -Instituto Políticas
Alternativas para o Cone Sul. II Título. III. Série.

Súmarío

Apresentação	04
Pedagogia do Consumo	08
Reapropriar-se da Economia: desafio para as mulheres	20
Um exemplo de Crédito Solidário - A construção da Casa da Confiança no Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro (FCP/RJ)	26
O plebiscito contra a Alca: da mobilização popular à nova forma de representação popular	36



PACCS

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

I Apresentação

Esta publicação nasce da vontade de “devolver” parte do acumulado nestas décadas e servir como inspiração para outras práxis no campo da educação popular. Nela são sistematizados métodos de educação popular que vimos aplicando em diversas frentes de trabalho nas quais atuamos junto aos grupos populares, em comunidades ou ainda em redes e fóruns.

Combinar de forma consciente, dinâmica e criativa a prática com a teoria, visando a promoção do povo trabalhador como sujeito das relações sociais e também sujeito do conhecimento - eis o que caracteriza o que o PACS chama de Metodologia da Práxis. Sua finalidade é orientar pensamento e ação para a emancipação do trabalho humano, para a desalienação da consciência humana e para o desenvolvimento integral dos potenciais materiais e espirituais do ser humano e da sociedade. Para melhor situar a leitura de sua metodologia de trabalho convém falar da forma de atuação do PACS.

Para o Instituto, a matéria-prima do desenvolvimento é o potencial material, mental e espiritual existente nas pessoas, povos e nações. A ação do PACS pode ser resumida em oferecer o máximo de apoio, subsídios e sinergia no processo de empoderamento dos atores sociais para que se tornem sujeitos plenos, conscientes e soberanos do seu próprio desenvolvimento enquanto indivíduos e sujeitos coletivos.

A despeito de refletirem relatos de contextos e situações diferentes, os textos revelam componentes de uma metodologia em educação popular cujo objetivo principal é o fortalecimento da democracia e da cidadania, particularmente junto àqueles que mais sofrem com os efeitos da pobreza e da exclusão social.

Vale ressaltar que não seria possível reproduzir toda a riqueza e diversidade das experiências vividas por nós, mesmo que algumas delas tenham sido escritas pelas mãos de várias pessoas.

Já nas primeiras linhas poderá ser identificado o caráter emancipatório da metodologia de clara inspiração paulofreiriana e marxiana. As práticas cotidianas ganham densidade nas reflexões, e é sobre elas que novas posturas são idealizadas e postas em prática. Uma mudança cultural é evocada, ainda que se considere sua pequena magnitude frente à pujança do sistema capitalista hegemônico, fato que exige problematização e intervenção na macropolítica onde o papel ativo de um Estado democrático é imprescindível.

O primeiro texto é de Katia Aguiar e teve inspiração nos registros e debates coletivos a partir de oficinas também coordenadas por Robson Patrocínio e Terezinha Pimenta. “A Pedagogia do Consumo” é um modo de trabalho do PACS junto aos professor@s e alun@s em escolas, universidades e encontros de educação cujo objetivo é problematizar as ligações entre política econômica e práticas cotidianas a partir de debates em torno do tema da Escola e da educação no contexto do capitalismo contemporâneo.

Em seguida, está a metodologia do curso de “Mulheres e Economia” coordenado pelo PACS, em colaboração com a Casa da Mulher Trabalhadora - CAMTRA e com a Rede Economia e Feminismo. O texto,

elaborado por Sandra Quintela, Maria Eduarda Quiroga e Alexandra Esteban Hernandez relata a experiência do curso dirigido de forma prioritária às mulheres de comunidades empobrecidas, na sua grande maioria. Tem como objetivo trabalhar por uma transformação social, com uma perspectiva feminista, formando uma experiência de aprendizagem da economia que permita às participantes entender melhor o que parece reservado a alguns poucos.

Alain Simon, Marcos Arruda e Terezinha Pimenta tratam do singular processo de construção coletiva da Casa da Confiança, projeto do Grupo de Trabalho de Finanças Solidárias do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Experiência singular, cujo efeito propositivo reforça a emergência da socioeconomia solidária. O desafio não é apenas satisfazer as necessidades financeiras dos empreendimentos de forma autônoma e solidária, mas também trabalhar com eles a viabilidade socioeconômica de suas produções à luz dos princípios e estratégias da socioeconomia solidária.

O último texto foi elaborado por Robson Aguiar e teve colaboração de Sandra Quintela. Enfoca um dos maiores processos de formação popular na história do Brasil, o Plebiscito Popular contra o Acordo de

Livre Comércio das Américas - ALCA, realizado no ano de 2002. O Plebiscito foi promovido pela Campanha Nacional Contra a ALCA, movimento de cuja coordenação nacional e estadual o PACS tem participado, além de atuar como animador da formação política.

Ao publicar mais este número da série Semeando a Socioeconomia Solidária, a equipe do PACS acredita estar contribuindo para a semeadura da socioeconomia solidária, na certeza de uma boa safra.

Ruth Spínola Soriano de Mello*

* Economista com especialidade em Políticas Públicas e Governo. Desenvolve ações em Orçamento Público, Socioeconomia Solidária e em Desenvolvimento Local.

Pedagogia e Consumo

*Katia Aguiar**

O capitalismo passou por muitas mudanças desde seu surgimento como sistema - um modo de organizar a produção, o consumo, o comércio, as finanças. Os motivos dessas mudanças são incontáveis, mas podemos afirmar que todas elas estiveram associadas a disputas de interesses. Os interesses, em jogo, podem ser tão diferentes que colocam seus portadores - os atores sociais - em campos opostos nas disputas de poder.

A cada vez que são abaladas as formas de controle já estabelecidas pelo sistema do capital acontecem mudanças, o que não quer dizer que os alicerces que

sustentam o capitalismo tenham sido atingidos. As mudanças podem servir para reacomodar as forças em luta, limitar e/ou eliminar alguns interesses, garantir e, até mesmo, aprimorar a manutenção do sistema.

Dentre as estratégias/espacos de controle para a perpetuação das forças ou dos interesses dominantes, encontra-se a educação/escola. Desde sua aparição histórica ela se tornou, pouco a pouco, um lugar social privilegiado e importante de ordenação e de disciplinamento. Uma ordenação que estabelece, sob forma de escala, quem e o quê deve

* Professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e Assessora de Projetos do PACS. O presente texto foi elaborado a partir do registro e de análises coletivas das experiências vividas nas oficinas Pedagogia do Consumo, realizadas também por Terezinha Pimenta e Robson Patrocínio, técnico do PACS.



ser valorizado, definindo um esquema hierárquico de poderes e de saberes; e que também opera um modo de distribuição espacial e temporal de indivíduos e de atividades. O disciplinamento faz a costura dessa ordenação com todo um conjunto de técnicas e de procedimentos científicos que definem os limites do que é aceito como normalidade e os instrumentos de adequação dos indivíduos à norma.

Ainda que a escola tenha ganhado, ao longo do tempo, centralidade nas práticas de sujeição necessárias à manutenção do sistema do capital e que a experiência de escolarização tenha contribuído para tornar natural e até desejáveis aquelas práticas, elas sempre encontraram obstáculos, seja sob a forma de resistência ou sob a forma de recusa.

Hoje, olhando a escola, talvez ela pareça enfraquecida. Os diferentes meios de comunicação e as mudanças mais recentes no sistema do capital - o que alguns chamam neoliberalismo - desenham esse cenário. As estratégias de controle ganham novas nuances, se multiplicam, apresentam infinitas variações, ocupam as entranhas do *socius*. Muitos são os caminhos educativos e variadas são as formas de valoração/sujeição das pessoas. A redução de investimento financeiro na rede pública de ensino dá o golpe final. Ela atinge em especial os mais pauperizados, assinando a sentença de

incompetência desses setores para a escolarização. Além disso, os novos caminhos de manutenção da dominação transformam qualquer movimento de insurgência daquela população em ato criminoso, justificando seu encarceramento e extermínio.

Temos então acumulados inúmeros desafios para quebrar a lógica do capital. Alguns deles estão diretamente ligados às práticas educativas, sejam elas escolarizadas ou não. É urgente, portanto, a construção de instrumentos e de estratégias na conquista de formas não hierárquicas, que ampliem a reciprocidade e redefinem posições nas disputas e nos jogos de poder.

A proposta que apresentamos a seguir é fruto de uma construção coletiva de instrumentos e de análises que se fizeram a partir de algumas experiências com companheiros do campo da educação. Nesses encontros, nosso ponto de partida foi o da crítica dos lugares que ocupamos nos jogos de poder e de verdade e que sustentam, muitas vezes sem nos darmos conta, o sistema que tencionamos questionar/aniquilar.

Uma atitude política ou, melhor seria, um modo de politizarmos o cotidiano e, com isso, ampliarmos nossa capacidade de (inter)ferir a lógica do capital.

Ao propor uma discussão com o tema Pedagogia do Consumo, ouvi de uma educadora:

– Você quer dizer Pedagogia e Consumo?

– Não, respondi. A intenção é tratar desses dois temas, mas procurando trazer a idéia de que no consumo existe inscrita uma pedagogia, um modo ou uma prática de ensinar.

Pensativa, minha interlocutora não hesitou:

– Mas isso só acontece se a pedagogia não é boa. A pedagogia que é crítica, não vai servir ao consumismo.

Fiquei feliz com a nova questão que ela trazia e não ia perder a oportunidade de continuar a conversa, mesmo que em pé, num corredor que nos dava acesso à sala de vídeo. Arrisquei avançar um pouco mais...

– Você tem toda a razão. Uma pedagogia crítica não deveria servir ao consumismo, e sua observação me leva a pensar que seria legal considerarmos o consumismo como um termo derivado da idéia de consumo. Seria um modo de consumir, poderíamos dizer, sem limites. Em casos extremos, encontramos pessoas que sofrem de compulsão ao consumo e que

chegam a passar por situações difíceis e humilhantes, sem conseguirem ter controle sobre suas atitudes. Mas o que importa é que o consumismo, ou o consumo exagerado e sem crítica, se desenvolve num modo de vida e, ao mesmo tempo, contribui para reforçar aquele mesmo modo de vida. Quer dizer, a prática consumista passa ensinamentos em suas idéias e concepções e, principalmente, nas atitudes que mobiliza.

– Agora embolei tudo. Se o consumismo é que é ruim, porque falar de Pedagogia do Consumo? Não era mais fácil fazer logo uma crítica ao consumismo?

Nosso tempo estava se esgotando, mas o desafio estava posto.

– Não, e vou lhe dar apenas dois motivos. O primeiro é que uma pedagogia pode fazer a crítica do consumismo se mantendo fora dessa crítica. Como se ela pudesse ficar imune ao consumo; e, pensando-se imune, acaba por transformar a própria crítica numa mercadoria a ser consumida. Nos vários reparos feitos à “sociedade de consumo”, inclusive apontando segmentos da sociedade que só pensam em consumir, não se coloca em questão as relações que estão em jogo. As relações pedagógicas, por exemplo.

E isso nos leva ao segundo motivo pelo qual defendo a idéia de polemizar a Pedagogia do Consumo. Colocar em questão as relações que estão em jogo é trazer o modo de vida para o centro da cena. Iremos então descobrir que somos sempre participantes de uma rede de produtores-consumidores. O que quero dizer é que sempre produzimos algo e consumimos também, o que nos liga de forma direta ao tema proposto, numa relação de responsabilização ativa. O consumo é uma prática, distila idéias e modos de ser, contamina e contagia.

Se existem modos diferentes de viver, variadas maneiras de consumir, podemos falar de Pedagogias do Consumo. A proposta de nossa discussão não tem a intenção de esgotar o tema, mas quer alimentar a polêmica. Podemos continuar a conversa depois do vídeo. Vamos assistir?



O vídeo chama-se “Consumo, a Grande Loucura” (À venda pelo endereço eletrônico: pacs@pacs.org.br) e, como o título sugere, pretende demonstrar que o consumo, na atualidade, pode ser um indicativo de que perdemos o controle sobre nossas vidas. Melhor seria dizer que, no capitalismo contemporâneo, o consumo organiza nossa existência. Somos reduzidos a consumidores, o que não quer dizer que somos seres passivos.

Chamar atenção para a necessidade de uma crítica à condição de meros receptores e à conseqüente atitude de aceitação do que nos é, de certa forma, imposto é importante, mas não suficiente para avançar na direção desejada. Podemos ser ativos e críticos e nos contentar com a ampliação do acesso ao consumo, o que num país de profundas desigualdades não seria tão mau.

Mas queremos mais, e é isso que o vídeo sugere. Queremos colocar em questão o próprio mito da disponibilidade, do aparente milagre da multiplicação que a oferta parece garantir - nas vitrines, nos bancos de dados, nos camelôs, nas redes de informação. Tendemos a acreditar que diante da disponibilidade, ou das anunciadas e prometidas vantagens e opções, vamos atender às nossas necessidades. Mas, o que acaba acontecendo é que somos tragados num círculo vicioso de consumo-novas necessidades-consumo, na velocidade dos insaciáveis.

Essa temporalidade acelerada e que se pretende única, própria da cultura do consumismo, nos leva para longe de nossa existência entendida como experimentação, como criação. Nos faz críticos dos tempos lentos e nos leva a encontrar nos contratempos apenas impedimentos à realização daquilo que nos é proposto como modelo de sucesso. Mas talvez nessas outras temporalidades outros modos de viver estejam sendo tecidos. Talvez esses outros modos de viver possam nos oferecer ferramentas para cortamos os circuitos do consumismo e entrarmos em circuitos de criação, onde a escolha seja um exercício e o consumo seja o consumo do valioso. Um equivalente para atribuir valor? A expansão da Vida.



Seria cômico se não fosse trágico! Essa exclamação de uma estudante parece dizer bem de algumas cenas que assistimos no vídeo. Em lugar de loucos, preferimos nos referir aos personagens como seres à procura de si mesmos. Em tempos de massificação, a palavra de ordem é ser “criativo”, personalizar.

Um exemplo muito simples vem do mundo da moda que, embora de maneiras diferentes, atinge setores elitizados e setores populares. Lançadas as tendências de cada estação, a corrida é para adquirir peças de vestuário que (re)crie o modelo apresentado nas passarelas, na televisão, nas revistas, nos bailes. Essa atitude traz a sensação de pertencimento a um grupo ou a uma determinada tribo.

Mas, uma segunda atitude é incentivada: a de se diferenciar nesse coletivo uniforme. E é aí que está o nó da questão. Esse a mais que, nos dizem, irá atribuir mais valor a nós mesmos é um ótimo combustível para alimentar uma busca sem fim. Por um lado dissemina a idéia de que a diferença está naquilo que temos ou que podemos adquirir, reforçando a cultura do ter e da imagem. Por outro lado, dá centralidade ao Eu, contribuindo para o esquecimento social de que os pronomes só ganham importância quando na conjugação dos verbos.

A procura por uma definição de contornos que nos identifique, pessoal e/ou coletivamente, exigindo

o investimento em horas e horas de discussão, certamente nos levará a encontrar critérios. O problema é que, a partir daí, uma nova tarefa toma conta de nós: a de verificar se os critérios são devidamente usados. Daí é um pulo para gastarmos nossas energias na vigilância das fronteiras que devem separar/identificar quem é ou não é aquilo que definimos que devemos ser. Preocupados em nos diferenciar, caímos no circuito do consumismo.

Seria um movimento interessante desconfiar de qualquer identidade que antecipe a conjugação, o exercício, a experimentação. As identidades que nos são facilmente oferecidas, certamente se transformarão numa armadilha que servirá para nos atar e nos submeter. Se quisermos falar em identidade, vamos nos referir àquela que nasce das práticas, que se afirma nas relações, nunca fora delas. E, se só existimos em relação, deve ser ela, e não a identidade, o foco de nossas atenções. Fazer política com a identidade tem levado, no limite, à produção de novos processos de exclusão.



Em nosso presente, os laços entre economia e cultura se modificam e se estreitam, transformando qualquer objeto em mercadoria. Poderíamos dizer que, na atualidade do capitalismo, mais do que objetos, o que se consome é o próprio ato do consumo - a compra pela internet, por exemplo, implica relações bem diferenciadas daquelas que se estabelecem nas ruas.

O que se disponibiliza no mercado são, na verdade, maneiras de viver. Assim, se desligamos a subjetividade do pareamento identidade/libertação e a religamos à criação, à variação, à experimentação é para afirmar que hoje é na instauração de novos modos de existência que podem se criar políticas de resistência e de recusa.

Considerando esses apontamentos, podemos falar um pouco sobre a oficina Pedagogia do Consumo. Com ela temos compartilhado em diferentes grupos, e a partir deles, a experiência de sermos produtores-consumidores que trazemos aqui, como recurso para incluirmos outros elementos que ampliem o debate. Vale registrar o enorme interesse que a proposta dessa Oficina tem despertado entre trabalhadores da educação e estudantes, sugerindo que a experiência da incerteza também abriga o movimento do pensamento, não só o imobilismo.

Antes de entrarmos no que tem mobilizado os participantes, três destaques em relação à oficina como recurso de intervenção:

- a oficina delimita um lugar, um espaço, mas também possibilita o acesso a uma lógica: a lógica da arte, da transformação, da criação;
- a oficina, antes de ser um instrumento para sensibilizar, é um instrumento para criar oportunidade de exploração/investigação das sensibilidades presentes, pelos presentes;
- a oficina não se instala no circuito das técnicas e dos especialistas, mas se instala como mero dispositivo catalisador ou precipitador de forças dispersas (afetos, políticas, sensibilidades, concepções...)

A experiência da oficina é, assim, de intensificação, de mergulho no que acontece em seu espaço/tempo, e não a de preparação para algo que seus participantes poderão vir a enfrentar. É claro que “o preparo” existe, mas é da ordem do fortalecimento das práticas, matéria-prima do trabalho que se realiza na oficina, e não da ordem de um repasse ou transmissão de técnicas e de conhecimentos. A oficina é uma oportunidade para investigarmos as ligações, os cortes e as composições que montam nossas maneiras de viver; é uma oportunidade para interferir nos laços entre economia e cultura.

Montando o dispositivo...

Objetivo: Problematicar as ligações entre política econômica e práticas cotidianas

Tema: Escola e educação no contexto do capitalismo contemporâneo

Orientação: Duas pessoas se encarregam da proposta, elegendo acontecimentos, análises e situações impostas por governos, especialistas, organizações, etc. (novas metodologias, corte de verbas, violência, competitividade) que, no exercício, serão imediatamente atendidas e/ou solucionadas pela comunidade escolar (os personagens variam, podem ser postos de direção, docentes, pais, alunos).

Máquina Humana: Escolhidos os elementos temáticos e os personagens, o exercício consiste na composição de uma máquina. As engrenagens são os corpos dos participantes que devem fazer a máquina funcionar, colocá-la em movimento, segundo as ordens dos orientadores. A cada imposição (economizar, lucrar, disputar o prêmio para a melhor escola), corresponde uma ordem dada ao grupo (terceirização de merendeiras, lotação de salas de

aula, investimentos em atividades extra-classe). Os personagens entram e saem de acordo com as decisões tomadas pelos orientadores. Utilizam-se também algumas notícias de jornal que aparentemente não têm relação direta com as imposições e as decisões, para ampliar a leitura do contexto. Outra sugestão interessante é a de manter alguns participantes como observadores. Eles trazem outros elementos para discussão que comumente não são considerados por aqueles que compõem a máquina.

Comentários: Depois do exercício da máquina, é o momento de sua exploração. Os comentários costumam ser variados e expressam a experiência no exercício. Alguns participantes já trazem, nesse momento, considerações sobre situações do cotidiano. É a oportunidade de manter o foco nas engrenagens (cada um dos participantes) e suas ligações com as ordens imediatas recebidas no exercício.

Vídeo: O momento é de oferecer mais algumas peças e fluidos para a máquina. O vídeo “Consumo a grande loucura” é utilizado para trazer o tema do consumo e sua rede, na qual participamos como produtores-consumidores. Uma questão pode favorecer a abertura de espaço para o tema proposto: O que pode a escola, na realidade apresentada?, por exemplo.

Problematização: Os participantes, na maior parte das vezes, tendem a relacionar seu cotidiano, seu lugar na escola com uma rede de consumo, retomando os comentários feitos sobre o exercício da máquina. Com apoio dos orientadores, a problematização caminha no sentido do (re)conhecimento das ligações entre a macropolítica e a micropolítica, dos diferentes campos de luta e da necessidade de ferramentas para interferir, no sentido da transformação do existente.



Mas qual o sentido da transformação?

O exercício da máquina, os comentários e as problematizações que compõem a proposta da oficina **Pedagogia do Consumo** deixam algumas pistas. A primeira, e talvez a mais importante, é a da necessidade de entendimento de como as grandes questões, as macropolíticas, se ligam ao dia a dia de cada um de nós.

Os encontros nos têm mostrado que o trabalho de desmistificação dos grandes temas e de aproximação de questões difíceis de compreender, especialmente no campo da economia, amplia a capacidade de análise do presente e possibilita avançar no entendimento do lugar que ocupamos como produtores-consumidores, avaliar "o tamanho de nossas pernas". É o início de uma avaliação sobre os limites e as possibilidades de escolha, sobre as conseqüências de cada uma delas, sobre o que é possível de ser feito por cada um e pelo coletivo. Um recurso importante contra a impotência frente a cada tentativa de mudança que, com freqüência, gera imobilismo.

Uma segunda pista deixada pelos grupos é a necessidade de momentos coletivos nas escolas e



nos cursos de formação, para “troca de idéias”, para falar do que fazem, das dificuldades e das conquistas. Para isso, apontam a necessidade de ser quebrado o clima de desconfiança, de ameaça e de competição, gerado pelo modo de vida que é proposto também nas escolas. Os grupos trazem críticas e autocríticas àquilo que costuma ser valorizado: a produtividade, a aparência, a esperteza, o lucro, o sucesso a qualquer preço... Trazem críticas à política do jeitinho.

Na fala de uma professora: “...somos cada vez mais dispensáveis, cada vez mais somos desvalorizados como profissionais e desvalorizamos nossos alunos, quando achamos que aquilo que importa está no livro, é lá que está o conhecimento, todo o resto é brincadeira...”. A garantia de momentos de troca coletiva, nos quais o trabalho de cada um ganha importância e ocupa o centro da cena favorece, como nas oficinas, a vinculação e a criação de outros sentidos no trabalho coletivo, é instrumento na construção de uma vida anti-hierárquica.

Uma terceira e última pista revela uma questão fundamental e que, nos últimos tempos, ganhou centralidade no campo das práticas educativas - sejam escolarizadas ou não. Referimos à importância que tem sido dada à metodologia. Como isso apareceu nas oficinas? No questionamento ao caráter preparatório comumente atribuído à educação ou,

mais precisamente, à idéia de “preparação” inscrita nas propostas educativas? Seria a preparação para o futuro uma tarefa válida, embora não suficiente? Estaríamos esvaziando o presente, deslocando nossa atenção, ao dar importância a um futuro (melhor) sempre prometido e adiado? Quais os efeitos e as implicações de trabalharmos com a idéia de “preparação”, quando falamos de pessoas? Árdua tarefa a de elencar as inúmeras questões suscitadas... Um comentário de uma professora sintetiza as preocupações: “Eu penso que é para hoje! O que a criança, o adolescente e o adulto podem ser, hoje. Eles têm que saber quais são seus direitos, enquanto estão vivendo”.

Registra-se uma observação: falar em metodologia é definir um método de ação, é tomar posição quanto ao fim e aos meios. Uma decisão e uma atitude eminentemente política. As dúvidas e incertezas dos professores, além de pertinentes, são extensivas àqueles que em seus diferentes “lugares” se inquietam. É nessa inquietação que mora a potência de agir. Um agir que se sustenta na adequação, na inseparabilidade, dos meios e do fim; um exercício de recusa que é combate, invenção e transformação no/do presente.

REAPROPIAR-SE DA ECONOMIA:

Desafio para as mulheres

*Alexandra Esteban Hernandez,
Maria Eduarda Queiroga
e Sandra Quintela*

As mulheres são as maiores responsáveis pela reprodução humana, pela preservação da vida e pelo cuidado das pessoas. Mas, muitas vezes, isso passa despercebido pelo conjunto da sociedade e pelas próprias mulheres. Não faz tanto tempo que as mulheres, nesse mundo patriarcal e machista, lutaram e conquistaram o direito a votar e serem votadas (cidadania política); de poder trabalhar, estudar, morar sozinha (sem pai ou marido); de atuar juridicamente, ou seja, poder ser autora ou ré de processo judicial sem precisar de representante legal, tutor (Cidadania Civil). Essas e outras conquistas são frutos de muita luta do movimento feminista.

Só que nem tudo são flores. Ainda há muito que mudar para transformar a vida das mulheres. Até hoje, por exemplo, as tarefas invisíveis, como as atividades domésticas, são identificadas como femininas, e se o homem faz alguma delas é porque ele “é bonzinho” e está ajudando a mulher. Por outro lado, a violência contra as mulheres é crescente. Dados da Fundação Perseu Abramo indicam que no Brasil uma mulher é espancada a cada 15 segundos.

Para alterar esse quadro de exploração e violência contra as mulheres é necessário que elas próprias possam se auto-organizar, buscando instrumentos

* Alexandra Esteban Hernandez, economista; Maria Eduarda Quiroga Fernandes, graduada em História pela UFF; Sandra Quintela, economista do PACS





Biba Rigo

para isso. Para tal, é necessário que estudem, relacionem seu cotidiano com a política nacional, reflitam sobre o Estado e as políticas públicas vigentes, sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, sobre formas de ver a economia - não só aquela centrada nas finanças e na mercadoria, etc. Por tudo isso foi criado o Curso de Mulheres e Economia, que trabalha prioritariamente com um público popular (mulheres de comunidades e ligadas a projetos de

economia solidária). O Curso Mulheres e Economia é coordenado pelo PACS, em colaboração com a Casa da Mulher Trabalhadora - Camtra e a Rede Economia e Feminismo, e tem como objetivo maior trabalhar por uma transformação social, com uma perspectiva feminista, formando uma experiência de aprendizagem da economia que permita às participantes entender melhor o que parece relegado a alguns poucos.

A importância de estudar economia

Não é por acaso que quando se fala em economia com frequência se associa a algo complicado e complexo, mais próximo ao conceito de crematística (enriquecimento de poucos às custas de muitos). Trata-se de uma idéia de conhecimento acumulado que pode permitir entender melhor a sociedade e, portanto, contribuir para transformá-la. De uma maneira ou de outra, palavras como multinacionais; propriedade privada; trabalho assalariado; inflação; mercado; taxa de juro; produto interno bruto; riqueza; tratados de livre comércio; dívida externa; consumo; comércio; dinheiro; controle; poder; todas elas têm relação com nossas condições de vida. Palavras como estas precisam ser decifradas para que seu significado seja de fato apropriado pelas participantes do curso e, assim, possam entender como os temas afetam nossa vida diária.

Além disso, nesse universo do “economês” é necessário distinguir também as diferentes teorias que explicam a realidade (a própria ciência econômica), a realidade em que vivemos, a realidade concreta (de pobreza e exclusão, mesmo com o discurso de que a “economia está indo bem!”) e as políticas econômicas em si, que são formuladas a partir dessas teorias e que integram ou excluem grande parte da população.

O objetivo do pensamento econômico dominante é justificar, cientificamente, que todos os benefícios do trabalho humano e da exploração dos recursos naturais dêem lucros cada vez maiores, garantindo uma remuneração crescente do capital. Ainda que esta justificativa esteja embasada e constituída às custas de afastar a economia de qualquer possibilidade de ser uma ciência rigorosa, pondo o pensamento econômico a serviço dos interesses deste pensamento econômico que previamente foi tentando legitimar.

Por isso, é tão importante resgatar a economia desse lugar em que ela se encontra presa. Deste lugar distante e intocável. Deste lugar do domínio das finanças sobre a vida das pessoas. Deste lugar do domínio completo sobre a dimensão da política, quando na realidade a economia, ao se fazer distante como se pairasse sobre a política, nunca foi tão política. Vivemos no universo do domínio da economia política do capital sobre o trabalho. De um fundamentalismo econômico neoclássico incompatível com os desafios que temos em pleno século 21, onde inclusive a possibilidade de se continuar vivendo no planeta Terra é questionada por sinais claros de esgotamento ambiental do nosso planeta.

Portanto, reapropriar-se da economia, desmistificando sua superioridade sobre qualquer dimensão da vida, pode ser uma ferramenta útil para compreender a realidade social e contribuir na sua transformação. Daí o sentido maior do curso. Nesta direção, trabalham muitas pessoas e coletivos de todos os âmbitos que aprendem e contribuem com seu grão de areia, insubstituível e muito valioso nos tempos que correm, por terem uma visão mais ampla da economia, bem mais conectada com a realidade e também mais rigorosa. A Marcha Mundial de Mulheres é um desses coletivos que talvez mais tenha contribuído no sentido de pautar as causas da pobreza entre as mulheres.

Metodologia do Curso

O curso foi dividido em seis módulos, onde foram abordados os conceitos de economia e feminismo, trabalho, violência contra mulher, políticas públicas para as mulheres, a relação das instituições internacionais (FMI, BID e Banco Mundial) com o cotidiano de todas, orçamento público, dívida externa e superávit primário e, por fim, a participação das mulheres nos projetos de economia solidária.

Em todas as aulas procurou-se priorizar os trabalhos em grupos estimulando que todas debatam, falem, escutem e reflitam, em grupos menores, para

exercitarem também a leitura coletiva, o estudo, e o desenvolvimento do pensamento, a articulação da defesa de suas opiniões, “negociando” o que será apresentado aos outros grupos no final de cada atividade.

Todas as aulas têm também uma dinâmica, que é um momento lúdico para relaxar, descontraír, mas também para promover a socialização entre as presentes. O mais interessante nesse caso é quando as próprias participantes se empoderam do curso e começam a propor dinâmicas, como dançar ciranda, por exemplo.

O curso busca também, através de um percurso sobre os conceitos que mais se utilizam nos meios de comunicação, decifrar seu significado, fazendo-os compreensíveis à realidade. O curso trata de fazer uma aproximação teórica para entender a dinâmica da sociedade atual, permitindo às participantes e organizações coordenadoras orientar suas ações de luta cotidiana a uma ação transformadora da mesma. O que faz também tão valioso este trabalho do grupo é a experiência destas mulheres, pessoas ativas na luta política diária. O que permite também ir reconceituando os fundamentos de outra economia que, além do dogma neoliberal e do domínio do mercado e da propriedade privada, recupere outras formas de entendê-la e de construí-la.

As participantes do curso em todas as aulas têm trabalhos, deveres de casa que buscam desmistificar a pesquisa, mostrando que todas podem fazê-la, e não só aqueles e aquelas que estão na Academia, na Universidade. Através da pesquisa, elas próprias constroem o conhecimento e o relacionam ao seu cotidiano - o micro - com a política nacional - macro. Assim, ao longo do curso, fazem entrevistas, constroem questionários, redescobrimo seu local de moradia ao investigarem, com outro olhar, elementos como políticas públicas, a opinião de trabalhadoras domésticas sobre questões como a Alca, os grandes problemas brasileiros, etc.;

Algumas mulheres, ao realizarem esses “deveres de casa” em suas comunidades, sentiram a demanda de organizar grupo de mulheres localmente. É uma forma de retorno aos/as pesquisados/as do trabalho feito. Também o curso trabalha a dimensão do processo de auto-organização e as alunas, ao compreenderem sua importância, entendem que só assim é possível mudar a realidade da opressão machista que sofremos. De um lado, dentro de casa, por parte de pais, maridos, amigos, vizinhos e até filhos. De outro, por parte do Estado, que não oferece políticas públicas, como creche e escola em horário integral para que as mulheres possam trabalhar, ou lavanderias públicas, ou restaurantes populares que de fato atendam à demanda da população.



O desdobramento possível e almejado do curso é o processo descrito, assim como a criação de um grupo de estudos das ex-alunas que permanecem estudando e em rede, o que contribui na formação de cada uma. O grupo de estudos se reúne na comunidade de cada uma, para que possa olhar mais de perto cada realidade, e tentar trazer outras mulheres para a luta.

A missão é árdua porque as mulheres têm também que “roubar” de outras tarefas diárias algum tempo para estudar. E isso é bem mais difícil para quem também está na luta pela sobrevivência. Mas, nada disso tem sido barreira intransponível para que o trabalho de estudar e se auto-organizar siga adiante. A clareza é que “quem sabe mais, luta melhor”, e é para fortalecer a luta das mulheres que estamos juntas neste curso.

Um exemplo de Crédito Solidário

A construção da Casa da Confiança no Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro (FCP/RJ)

Alain Simon, Marcos Arruda e Terezinha Pimenta

As tentativas históricas de microcrédito no FCP/RJ

Para começar um grande projeto de microcrédito solidário é preciso assegurar um capital mínimo bastante alto. As agências no Brasil e no exterior geralmente exigem uma experiência acumulada de 6 a 12 meses. Portanto, não é fácil iniciar um projeto sem um recurso mínimo - alto - assegurado.

No FCP/RJ (Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro) foi tentada esta via durante vários anos e, por fim, conseguiu-se apoio externo sob a condição de encontrar parceiros também no Brasil, que partilhassem do risco da iniciativa. Estes não apareceram. Abandonou-se o caminho do projeto grande (Casa do Crédito-FCP/RJ) e adotou-se a via do projeto de base, com plena participação de cada

pessoa que desejasse associar-se. Este caminho, embora mais lento, tem a grande vantagem de contar com a plena participação de todos os sócios em todas as etapas do projeto, desde a sua concepção até a sua realização. É a forma integral de participação que gera uma dinâmica matrística, em que toda a gente se acolhe mutuamente e compartilha de todos os aspectos da gestão, assim como da propriedade do empreendimento. Esta é a Casa da Confiança (CdC).

Mas há outras dificuldades a apontar: apesar de um número relativamente alto de associados, mais de 30 (incluindo os que não são tomadores de empréstimos), a frequência às reuniões é baixa. Entre as razões estão: a participação de vários sócios e sócios também em outros grupos de trabalho do FCP; e a penúria financeira, que se expressa até na falta de dinheiro para o transporte.

* Alain Simon, formado em Letras e Economia Política, cooperante-voluntário da E-Changer; Marcos Arruda, socioeconomista e educador; Terezinha Pimenta, técnica do PACS.





A estrutura escolhida, em rede matrística e não em forma de pirâmide de poder, também demanda mais esforço e empenho de tod@s. Trata-se de construir mutirões autogestionários e, ao mesmo tempo, interligados de forma solidária. A Casa da Confiança pretende, assim, ser uma rede organicamente articulada de mutirões autogestionários e solidários ao mesmo tempo! O desafio de construir tal dinâmica é, ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo! E é trabalhando nestes dois níveis, usando reuniões e oficinas de formação, que vão sendo construídas respostas a ele.

Construir a “Casa da Confiança”

A construção da CdC (Casa da Confiança) foi um processo coletivo que se deu a partir da metade de 2004. Nesse momento, foi resgatada a história da Casa de Crédito e a necessidade dos grupos autogestionários, que não são atendidos pelo sistema de crédito oficial, de obter pequenos empréstimos. O fundo seria criado pelos próprios integrantes do FCP/RJ (grupos, entidades de assessoria) e sucessivamente simpatizantes e amigos depositariam ali uma parte da própria poupança; além desses atores, entrariam fundos públicos (municipal, estadual federal) e de entidades externas. Seria uma aplicação que, depois de um período de carência, seria devolvida com juros, e não uma doação.

Isso marca o início do processo de construção da CdC, mas também deixa perceber um processo já longamente amadurecido. Nesse momento, todos os elementos já estão prontos para essa construção coletiva. Inclusive a questão da importância do acompanhamento dos grupos (viabilidade socioeconômica) e a necessidade de pensar esse projeto de Crédito dentro do contexto global da Economia Solidária (ES): consumo, produção, comercialização, educação, comunicação e finanças.

No mês de abril de 2004 foi apresentada na plenária do FCP/RJ uma peça de teatro realizada pelos próprios integrantes do GT de Finanças Solidárias. Inspirada no “tontine”, sistema africano de crédito solidário, esse momento permitiu a tod@s integrantes do FCP/RJ entender melhor, usando uma linguagem simples, do que se tratava esse projeto de Crédito Solidário. O sistema “tontine” foi combinado com outros ao longo do processo até dar lugar à CdC do FCP/RJ.

A partir do mês de agosto de 2004, a Casa da Confiança começou a discutir de forma concreta e coletiva o regulamento e o termo de adesão. As discussões aconteceram no GT Finanças Solidárias com relatos regulares nas plenárias mensais do FCP/RJ. Várias dúvidas sobre o processo foram levantadas por membros mais ativos do GT. Essas

discussões tiveram como finalidade permitir à CdC ter um desdobramento positivo.

Processo de Formação

A idéia de realizar oficinas é assumida com entusiasmo pelo grupo. Essas oficinas têm como finalidade a construção da CdC, e incluem um levantamento das necessidades de crédito dos empreendimentos com um estudo de viabilidade da própria CdC, e também a construção do “Termo de Depósito”. Nesse momento, se colocam em discussão outras experiências de crédito solidário, como a Rede Bayanihan (Solidariedade) das Filipinas, permitindo enriquecer o processo com experiências exitosas de outros países.

Uma equipe de animação é criada para alimentar a dinâmica do projeto piloto da CdC, de duração de um ano. A partir disso, iniciam-se as primeiras coletas de contribuições solidárias (parcela da cota de cada soci@). Em novembro de 2004, 10 das 30 vagas para participar do Piloto estão completas e em fevereiro de 2005 as 30 estão preenchidas. O Termo de Adesão ou Acordo Mínimo da CdC é discutido e aprovado, incluindo emendas e sugestões realizadas em vários encontros. O Mutirão decide levar o projeto piloto até fevereiro de 2006 para depois abrir a possibilidade de outros mutirões da CdC serem criados.

CASA DA CONFIANÇA

ACREDITANDO EM NÓS

TERMO DE ADESÃO

Nome:		Bairro:	
Endereço:		Correio Eletr:	
CEP:	Cidade:	UF:	Tela:
Inscrição/Identidade:			
CNPJ/CPF:			

PRINCÍPIOS COOPERATIVOS

- A Casa da Confiança é uma associação constituída entre pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns.
- É a associação de pessoas cujos participantes buscam uma sociedade justa, livre e honesta, organizada em bases democráticas para atender, solidariamente, às suas necessidades econômicas e sociais.
- A Casa da Confiança tem como finalidade liberar a ser humano de seu individualismo e ignorância através da superação do capitalismo dentro de cada um de nós, através da união dos seus associados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer instrumentos que possibilitem uma política de assistência creditícia aos associados da Casa da Confiança.
- Despertar na associada o hábito da economia sistemática, através da poupança de quota mensal.
- Viabilizar empréstimos compatíveis com a sustentação da Casa da Confiança e a realidade mental.
- Fornecer empréstimos para capital de giro, capital fixo e para bens de capital que tenham como finalidade fomentar as atividades produtivas e comerciais.

COMO É FORMADO O CAPITAL

- O capital social é formado com o dinheiro de todos os associados. Cada sócio contribui com uma quota mensal para formar o capital social. A contribuição dos associados pode tomar a forma de quota-partes, aporte mensal e doação. Quota é um valor em dinheiro que o associado deposita em seu nome na fundo.

Subscrição e integralização de Quotas-Partes

- Subscrição: a subscrição de quotas-partes é um volume de dinheiro que o associado promete ou deseja repassar no fundo num tempo determinado.

ação de quotas-partes é a efetivação de entrada de capital na forma de dinheiro feito pelo associado para formação do patrimônio da Casa da Confiança, porém sob o controle da Casa da Confiança.

de valor: 5 meses = 5 X R\$ 10,00

CAPITAL DO SÓCIO (CONFIADO)

O capital dos associados com o mesmo conceito da poupança ou a contribuição. Na hipótese de encerramento, se ao final dos 5 meses não for viabilizar a CASA DA CONFIANÇA, os valores depositados serão devolvidos ao associado com a correção estabelecida acima.

TERMO A EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS?

Para solicitar empréstimo, após seis meses de contribuição e tendo sido analisado o perfil financeiro do associado, o associado preenche o formulário de empréstimo, solicitando o valor desejado.

Os empréstimos e/ou de financiamentos por uma análise prévia, a capacidade de pagamento do associado, o valor das solicitações em relação aos recursos disponíveis.

Os empréstimos serão definidos após estudos posteriores.

Os empréstimos serão registrados para serem atendidos assim que for possível.

USO DO CAPITAL E PRAZO DE CARÊNCIA

O capital social, a qualquer momento, através de solicitação por escrito, poderá ser utilizado para o resgate das quotas. O resgate das quotas não pode ultrapassar o percentual de 25% do total, sendo liberados no mesmo número de parcelas da quota.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A administração financeira, funcionará em local indicado pelo Conselho Gestor, e não possuirá personalidade jurídica própria.

O dinheiro será depositado numa conta de poupança, em nome da Casa da Confiança, previamente escolhidos em assembleia. A Tesouraria será responsável pela gestão financeira, que será feita na quota mensal da FCP, que será fixada na quota.

Em uma tentativa de por em prática uma proposta antiga dos associados, a entidade cooperativa com vínculo no Estado de São Paulo, para o desenvolvimento e a aplicação em Programas do Socioeconomia Solidário e o acesso a serviços de uma sociedade justa, livre e honesta, para atender, solidariamente, às suas necessidades econômicas e sociais, serão contemplados no futuro para garantir de que o

CONSELHO GESTOR

O Conselho Gestor será constituído pelo Conselho Gestor do Projeto e pelo Conselho Gestor da Casa da Confiança. O Conselho Gestor será formado por seis membros, sendo dois na Secretaria e dois na Tesouraria, todos previamente escolhidos em assembleia.

REPOSIÇÃO

IDENTIFICADO: _____ GÊNERO DO REGULAMENTO,
QUERER SUA ADESAO A CASA DA CONFIANÇA,
dia de Janeiro, de _____ de 2004,
Assinatura: _____



CASA DA CONFIANÇA



CASA DA CONFIANÇA?

FINANÇAS SOLIDÁRIAS que capta recursos em entidades do FCP-RJ e os coloca a favor das pessoas e entidades.

CASA DA CONFIANÇA?

Um lugar da gente morar e CONFIANÇA é a certeza que liga as pessoas que moram na cidade.

QUANTO À IDÉIA DA CASA DA CONFIANÇA?

O Conselho de Trabalho do FCP vem procurando alternativas de finanças solidárias. Lições das práticas do Brasil e de outros povos nos ajudarão a criarmos a Casa da Confiança.

CASA DA CONFIANÇA

Formamos um núcleo de 30 participantes realizando o Projeto Piloto. Deste aprendizado, tiramos lições para criar outros, ligados em uma rede de finanças solidárias.

PRINCIPAIS VALORES DA CONFIANÇA?

Trabalhamos em torno da cooperação e ajuda mútua, em uma gestão democrática e participativa e de um planejamento participativo.

VALORES PRINCIPAIS DA CASA DA CONFIANÇA?

O objetivo é a autogestão pelas próprias mãos em núcleos locais.

CONFIANÇA ENTRE A CASA DA CONFIANÇA E OUTRAS

UTÓPIA

Na realidade,

Vivemos hoje

Os sonhos

Que sonhamos ontem.

E, vivendo estes sonhos,

Sonhamos

Outra vez.



COORDENAÇÃO DA CASA DA CONFIANÇA

COOPCARE
Cooperativa dos Trabalhadores de Serviços de Saúde
Rua Maestro Felício Toledo, 519/805 - Centro
Rio de Janeiro/RJ CEP - 24030-102
Fone: 2622-3483 Fax: 2620-2745
E-mail eletrônico: coopcarea@hotmail.com

PACS
Partido Político Alternativas para o Cone Sul
Rua Branco, 277 sala 1609 - Centro - RJ
Fone/Fax: 2210-2124
E-mail eletrônico: pac3@pacs.org.br

RCS
Rede Central de Serviços
Rua Antunes da Penha
S. Graças, 77 - Botafogo - RJ
Fone/Fax: 3324-1331
E-mail eletrônico: televendas@redercs.com.br

... e contribuições solidárias

Confiança

Coordenador

00655-8

www.fcprj.org.br

O círculo se fecha: os Créditos

A partir de junho de 2005, e graças à entrada regular das contribuições dos participantes (dois tipos de sócios, empreendedores e colaboradores) da CdC, começa-se a pensar a nova etapa, o crédito. Nesse sentido, é realizada uma segunda oficina tratando exclusivamente dessa questão do crédito.

Nas reuniões do GT, são discutidos os critérios para a definição das taxas de juros, permitindo garantir a sustentabilidade da CdC, sem entrar no esquema de juros de usura (juros com o objetivo principal de gerar a máxima remuneração do capital).

Os primeiros pedidos de crédito são apresentados mediante um formulário e aprovados de forma coletiva. A “Viva Vida” e a “Bem-Te-Vi” foram os primeiros beneficiários dos empréstimos. Na segunda oficina @s participantes aprendem como funcionam as planilhas de reembolso e também qual é a diferença entre juros simples e compostos. É adotada a taxa de juros simples, e é fixada em 3% ao mês, com tempo de maturação de até seis meses.

Parte da ata da II oficina da Casa da Confiança

Discussão sobre as planilhas de pagamento dos dois empréstimos.

O estudo sobre as planilhas dos dois empréstimos, preparada pelo PACS, foi muito interessante. O foco foi o aprendizado do cálculo dos juros simples e compostos, para que ficassem bem claras as escolhas solidárias, em contraste com o caminho da usura e da exploração. Decidimos incluir as planilhas e a explicação delas neste relato, para fins educativos de todo o FCP. Tomaremos o Projeto Viva Vida como exemplo. São as seguintes as condições do empréstimo:

Empréstimos com juros simples

Crédito = R\$ 300,00

Carência = 30 dias

Prazo = 6 meses

Juros simples = 3% ao mês

Prestação mensal = R\$ 55,25

CASA DA CONFIANÇA - FICHA DE CRÉDITO – COMO É COM OS JUROS SIMPLES PROJETO VIVA VIDA

A DATA	B PRINCIPAL	C PRESTAÇÕES	D PRESTAÇÕES FIXAS	E PAGOS
jul/05	R\$ 300,00			-
ago/05	R\$ 300,00	R\$ 59,00	R\$ 55,25	
set/05	R\$ 250,00	R\$ 57,50	R\$ 55,25	
out/05	R\$ 200,00	R\$ 56,00	R\$ 55,25	
nov/05	R\$ 150,00	R\$ 54,50	R\$ 55,25	
dez/05	R\$ 100,00	R\$ 53,00	R\$ 55,25	
jan/05	R\$ 50,00	R\$ 51,50	R\$ 55,25	
Total a pagar		R\$ 331,50	R\$ 331,50	
Valor mensal		R\$ 5,25		
Casa da Confiança: juros simples:		R\$ 31,50		
Total a pagar:		R\$ 331,50		

JUROS SIMPLES: são calculados a partir do saldo devedor de cada mês. Assim, os juros só incidem sobre o que resta a pagar. (A) são os meses correspondentes ao empréstimo e às prestação a pagar. (B) é a coluna do principal e dos saldos devedores, que vão diminuindo com os pagamentos. (C) é a coluna das prestações, que decrescem à medida que os juros decrescem. (D) mostra as prestações em valores fixos por mês. Resulta da divisão do valor total de juros a pagar (R\$ 31,50) pelo número de prestações

(6), somado o principal. (E) é a coluna para os lançamentos dos pagamentos a realizar mês-a-mês. (F) sintetiza as condições do empréstimo.

Empréstimos com juros composto

Crédito = R\$ 300,00

Carência = 30 dias

Prazo = 6 meses

Juros compostos = 3% ao mês

Prestação mensal = R\$ 58,20

JUROS COMPOSTOS: são calculados a partir do valor do empréstimo, como se não houvesse amortização do principal da dívida mês-a-mês. Assim, os juros não incidem sobre o saldo devedor de cada mês, considerando que parte do principal já foi paga. É como se incidissem sobre o valor do empréstimo: é o que se denomina USURA. O cálculo é feito assim: multiplica-se a taxa de juros mensal (3% ou 1,03) tantas vezes quantos meses de prestação (no caso,

seis vezes) para obter a taxa de juros do período ($1,03 \times 1,03 \times 1,03 \times 1,03 \times 1,03 \times 1,03 = 19,41\%$). Calcula-se então o valor total dos juros no período (R\$58,22) e divide-se pelo número de meses para obter um mesmo valor dos juros (R\$9,70) para todas as prestações. A diferença entre o total dos juros simples e o total dos juros compostos ($58,20 - 31,50 = R\$ 26,70$) corresponde ao que poderíamos chamar de mais-valia extraída do devedor pelo credor.

CASA DA CONFIANÇA - FICHA DE CRÉDITO – COMO SERIA COM OS JUROS COMPOSTOS - PROJETO VIVA VIDA

A DATA	B PRINCIPAL	C PRESTAÇÕES FIXAS
jul/05	R\$ 300,00	
ago/05	R\$ 300,00	R\$ 59,70
set/05	R\$ 300,00	R\$ 59,70
out/05	R\$ 300,00	R\$ 59,70
nov/05	R\$ 300,00	R\$ 59,70
dez/05	R\$ 300,00	R\$ 59,70
jan/05	R\$ 300,00	R\$ 59,70
Total a pagar		R\$ 358,20
Valor mensal		R\$ 59,70
Bancos comerciais: juros compostos:		R\$ 58,20
Total a pagar:		R\$ 358,20

Os estudos de viabilidade socioeconômica

Dois critérios condicionam a aprovação de empréstimos: a realização de um estudo de viabilidade socioeconômica sob a ótica da gestão participativa e a elaboração coletiva de um acordo mínimo de funcionamento dos empreendimentos tomadores de empréstimo.

A maioria dos empreendimentos de Economia Popular não dá muita importância à realização deste estudo e inicia suas atividades baseadas em dados aproximados que recolhem da experiência de sobrevivência. Mas a espontaneidade é um obstáculo importante ao bom êxito dos empreendimentos. Os grupos participantes da Casa da Confiança não fogem a essa regra. Por isso a necessidade de realização do estudo de viabilidade, tendo como foco privilegiado a gestão competente e participativa.

Foi realizada, então, uma terceira oficina, aberta a todos os participantes do FCP, com o objetivo de iniciar uma discussão sobre a importância da realização do estudo, com especial atenção para a dinâmica de participação de seus integrantes, tendo em vista a sua coesão e o desenvolvimento das atividades econômicas do grupo. Para isso, o grupo experimentou discutir quais as perguntas necessárias a serem respondidas para a concretização de um empreendimento fictício de coleta seletiva de lixo.

Nessa experiência foram contempladas respostas a questões econômicas como: qual a quantidade de material que se consegue coletar, qual o preço de mercado, quantas pessoas estão envolvidas na atividade, etc. O grupo conseguiu se deter em perguntas associativas como: qual o conhecimento que o grupo detém sobre a atividade, que compromisso está disposto a assumir, como serão distribuídas as responsabilidades, entre outras.

Os próximos passos relativos ao estudo de viabilidade se farão através do acompanhamento dos grupos que já receberam o crédito. A equipe de técnicos¹ vinculados às atividades da Casa da Confiança se responsabilizou por tal acompanhamento, no qual os participantes de cada grupo terão a oportunidade de esclarecer dúvidas e ampliar seus conhecimentos em torno da viabilidade do empreendimento e alcançar, eles próprios, condições para a gestão participativa e para tomadas de decisão esclarecidas sobre o seu futuro.

1. Os técnicos tem participado do curso de viabilidade socioeconômica da CAPINA (www.capina.org.br)

O plebiscito contra a Alca:

da mobilização popular à nova forma de representação popular

*Robson Aguiar**

Durante o ano de 2002 foi realizado o Plebiscito Popular contra a Alca. Na avaliação da Campanha Nacional Contra Alca¹, o plebiscito colocou na pauta de discussão o tema, despertando o interesse da população para o assunto, ao mesmo tempo em que executou um dos maiores programas de formação política já feito no Brasil. Tudo isso, fruto de um trabalho de avaliações nacionais feito em diversos fóruns em todo o País. No estado do Rio de Janeiro, além de compartilhar dessa avaliação nacional, acrescentou-se a questão da representação política. Esta análise também é compartilhada por um conjunto de militantes que tiveram uma atuação permanente no plebiscito Popular contra Alca.

A Alca torna-se tema de debate na sociedade

Até o ano de 2002 não havia debates ou informações a respeito da Alca; a imprensa brasileira ignorava o tema e os centros de excelência não produziam pesquisas ou estudos sobre os impactos e ganhos da implementação do Acordo de Livre Comércio. No meio empresarial, alguns setores alimentados com informações privilegiadas do governo brasileiro, em especial o de agronegócios, já começam a adaptar sua produção às exigências fito-sanitárias, como foi o caso da produção de frangos pela empresa Sadia. É neste cenário, de total silêncio por parte do governo e da imprensa, que o Brasil estava negociando sua participação na Alca.

1. A Campanha Nacional Contra Alca é uma grande frente antiimperialista que reúne diversos movimentos e organizações, com destaque para algumas pastorais sociais e entidades de pesquisa e estudos sobre tratados comerciais, macro economia e educação popular.

* * Robson Aguiar - Militante da Campanha Estadual contra a Alca. Este texto, elaborado com a colaboração de Sandra Quintela, é o resultado de inúmeras conversas entre um grupo de companheiras e companheiros que atuaram nas primeiras reuniões organizativas até a entrega do resultado do Plebiscito Popular em Brasília.



Para

entender a

ALCA



A partir do segundo semestre de 2002, diversos movimentos sociais, sindicatos, entidades, organizações políticas e pessoas sem referência na militância², pautaram o tema da Alca na agenda política brasileira. De junho até fim de agosto de 2002, foi feito um esforço gigantesco para “popularizar” o tema, organizando debates em escolas públicas e privadas, seminários, exibição de filmes em praças públicas. A Campanha Nacional Contra Alca conseguiu provocar reações até dos candidatos à presidência da República, como foi o caso de Lula. Ao ser perguntado pela imprensa sobre a sua opinião em relação ao plebiscito popular contra Alca, o candidato respondeu: “este plebiscito é uma brincadeira”. Já o candidato Antony Garotinho fez questão de votar em uma das urnas da Campanha, na cidade de São Paulo.

Outra constatação foi o aumento do espaço concedido pela imprensa ao Acordo de Livre Comércio das Américas, com uma cobertura extremamente favorável por boa parte da mídia escrita. Infelizmente, ainda não existe um estudo sobre o impacto das ações da Campanha (debates,

seminários, passeatas, etc.) e, conseqüentemente, do espaço cedido à Alca na imprensa brasileira.

O Programa de formação

A necessidade de “popularizar” o tema da Alca transformou a Campanha Nacional Contra a Alca numa organização com fundamento na formação política ideológica dos diversos atores que se submeteram a atuar junto com a campanha nacional contra Alca. Atuando em duas frentes, a formação da Campanha contra Alca transformou-se num espaço de estudo e ação. Pode-se descrever as duas frentes de formação da Campanha da seguinte forma:

A Campanha Contra a Alca é uma frente que reúne diferentes organizações, movimentos, grupos e personalidades que lutam contra o império, enfrentando, ao mesmo tempo, a dominação econômica, política e cultural que hoje é materializada na luta contra o Acordo de Livre Comércio da América. Neste sentido, a campanha brasileira contra Alca tornou-se referência para os demais países que lutam contra um projeto de

2. Outro aspecto interessante do Plebiscito Popular Contra Alca foi a participação de pessoas que não tinham nenhuma militância em qualquer organização social. Agrupados em comitês populares contra Alca, este contingente de pessoas, que não se sabe com precisão o número, atuou de forma a garantir que os espaços dos comitês não se transformassem em palco de disputas por organizações e partidos.

recolonização. Além disso, consolidou uma estrutura organizativa responsável por massificar e politizar a luta contra o império.

Dentro da Campanha houve um movimento em direção à formação política dos militantes sociais que reforçou a própria estrutura organizativa. Este movimento teve o cuidado de apresentar uma proposta de formação que respeitasse as diferentes correntes de pensamento no interior da Campanha. A partir de uma orientação nacional se criou o Grupo de Trabalho da Formação, que foi responsável por organizar cursos massivos e oficinas de estudos dentro da estrutura dos comitês populares.

No Estado do Rio de Janeiro pode-se citar o I Encontro de Formadores, que reuniu no mês de maio de 2002 mais de 700 militantes, e o II Encontro que aconteceu em julho de 2003, com cerca de 400 militantes sociais. Além destes dois encontros massivos, foi realizado um curso de dois dias em novembro de 2002, no município de Caxias, reunindo os comitês populares. A proposta era estudar a história expansionista dos EUA e as conseqüências econômicas da Alca, como também planejar a atuação dos comitês populares no Estado. Estas experiências mostraram que a formação e o processo organizativo caminham juntos.

Como eixos da formação, destacam-se três aspectos principais:

1. A dimensão política: os militantes sociais devem entender as particularidades da luta de classes no momento atual, assim como produzir análises de conjuntura em nível local, estatal, nacional e internacional, tendo como instrumento principal o pensamento crítico.

2. A dimensão técnica: os militantes sociais devem compreender as principais transformações da sociedade no âmbito da economia e do Estado. Ou seja, devem estudar as bases da teoria econômica que fundamentam o neoliberalismo, a constituição das agências multilaterais e seu papel na estruturação do capitalismo financeiro, os tratados comerciais e suas conseqüências sociais, as diferentes experiências históricas de integração dos povos que se apresentam como alternativa ao poder hegemônico dos Estados imperialistas. E devem avaliar também as transformações culturais decorrentes das ações das corporações multinacionais e dos Estados hegemônicos como: perda da soberania alimentar e dos povos, mercantilização da cultura popular, etc.

3. Dimensão ética: Desenvolver novas formas de relações humanas no interior da campanha como

prática concreta de uma ética socialista. Estudar as transformações do conteúdo da ética ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade humana como forma de perceber a ética como práxis, ou seja, como atividade consciente determinada por um objetivo comum que se transforma com as mudanças ocorridas no interior dos processos históricos.

Atualmente, pode-se afirmar que a campanha, após 3 anos de intenso trabalho, acumulou em dois sentidos:

1. A luta Contra Alca é uma luta permanente.
2. A formação é uma necessidade fundamental para que se possa fortalecer a estrutura organizativa e a luta política contra o império.

Assim, a formação dentro da Campanha Contra Alca tem como objetivo abordar as seguintes questões:

1. A construção de uma teoria revolucionária que se aproprie da força material dos movimentos sociais de massa e das organizações políticas.
2. O estudo do papel do Estado na atualidade.
3. A reestruturação produtiva do Capital, Globalização, Blocos Econômicos.





4. O resgate do sentido do trabalho no desenvolvimento histórico do homem enquanto ser social.

5. O fortalecimento da discussão sobre a ética enquanto práxis que fundamenta novos valores para as relações humanas.

A representação política

A campanha contra Alca trouxe uma nova forma de representação, onde todos os participantes eram capazes de decidir ou emitir sua opinião. Dessa forma, as representações tradicionais não tinham poder de coerção ou persuasão, tão tradicional nos agrupamentos de esquerda.

Com a participação de pessoas que não estavam ligadas a nenhuma organização, juntamente com um conjunto de militantes descrente da forma tradicional de representação, foi possível construir

espaços horizontais de encontro dos participantes da Campanha Contra Alca. Estes encontros privilegiavam os seguintes aspectos:

a) Ser um espaço onde os militantes da campanha pudessem se reunir e fazer um planejamento das suas ações.

b) Ser um espaço de estudo não apenas sobre o imperialismo, mas também das questões nacionais que atingem o povo brasileiro.

Com esta dinâmica, os Comitês Populares Contra Alca³ ganharam forma e força, tornando-se uma esfera de decisão com total autonomia diante das estruturas das organizações e partidos que fizeram parte da campanha. É preciso afirmar que as experiências vividas na Campanha Contra Alca demonstraram ser possível fazer da luta também um espaço pela humanização dos homens e mulheres, pela vida e pela arte.

3. Os comitês populares contra Alca foram os espaços de nucleação de todos aqueles que faziam parte da campanha. Outro importante espaço de tomada de decisão da campanha foram as plenárias municipais, estaduais e nacionais.

O PACS é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao Desenvolvimento Solidário que trabalha com pesquisa socioeconômica e educação e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do PACS é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escola de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário, pensando a economia de forma diferente e dando um outro rumo ao nosso sistema sócio- econômico.

Foi fundado em 1986 como a parte brasileira do PRIES - Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina -, iniciativa de um grupo de

economistas comprometidos com processos de transformação social, que retornavam do exílio a seus países de origem: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. O objetivo deste grupo era colocar sua experiência profissional e político-social a serviço dos movimentos sociais em seus respectivos países e no Cone Sul. Esta aliança, no entanto, foi dissolvida em 1995, após nove anos de colaboração e produção coletivas.

O PACS produz pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádios e vídeo, além de desenvolver políticas alternativas e projetos de desenvolvimentos; assessorias e atividades educativas.



Esta publicação nasce da vontade de “devolver” parte do acumulado nestas duas décadas de atuação do PACS e servir como inspiração para outras práxis no campo da educação popular. Nela são sistematizados métodos de educação popular que vimos aplicando em diversas frentes de trabalho nas quais atuamos junto aos grupos populares, em comunidades ou ainda em redes e fóruns.

A despeito de refletirem relatos de contextos e situações diferentes, os textos revelam componentes de uma metodologia em educação popular cujo objetivo principal é o fortalecimento da democracia e da cidadania, particularmente junto àqueles/as que mais sofrem com os efeitos da pobreza e da exclusão social.

Saiba mais sobre esta série:

Série Semeando Socioeconomia: livretos dedicados às práticas e reflexões sobre o desenvolvimento local, o cooperativismo autogestionário e popular, redes de economia solidária e eixos transversais.

Números anteriores:

- 1 - Construindo a Socioeconomia Solidária do Espaço Local ao Global (bilíngüe)
- 2 - Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica
- 3 - Histórias de Socioeconomia Solidária
- 4 - Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
- 5 - Agenda Libertária (bilíngüe)
- 6 - Desafios ao Desenvolvimento Local: Terra e Habitação
- 7 - Economia Solidária no Fórum Social 2002
- 8 - Moeda Social e Trocas Solidárias: experiências e desafios para ações transformadoras